

ANNA POLITKOVSKAYA

ELSINORE

Prefácio de
José Manuel Fernandes

A RÚSSIA DE PUTIN



ÍNDICE

9

Prefácio à Edição Portuguesa

–

17

Introdução

–

19

O Exército do Meu País e as Suas Mães

–

53

A Nossa Nova Idade Média, ou Criminosos de Guerra
de Todas as Rússias

–

155

Tanya, Misha, Lena e Rinat: Onde Estão Hoje?

–

197

Como se Apoderar de Bens com a Conivência
do Governo

–

253

Mais Histórias das Províncias

–

287

Nord-Ost: a Última História de Destruição

—

339

Akaky Akakievich Putin II

—

359

Posfácio

—

363

Depois de Beslan

—

PREFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA

Anna Politkovskaya foi assassinada a 7 de outubro de 2006, à porta do elevador de sua casa em Moscovo, com vários tiros disparados à queima-roupa, o último dos quais na cabeça para garantir que estava morta e bem morta. Tinha 49 anos e havia-se tornado uma jornalista particularmente incómoda para o Kremlin, conhecida pelo seu desassombro e coragem.

Quase 16 anos passados sobre esse dia, julgo que podemos acrescentar ao desassombro e à coragem a clarividência, pois ela viu antes de nós todos o que aí vinha, identificou antes de nós todos o caráter violento e corrupto do regime de Putin. Quase 16 anos passados, ao relermos o que escreveu, lembramo-nos de como já estava tudo lá, confirmamos que só por cegueira não antecipámos o que estava para acontecer. Afinal a invasão da Ucrânia é apenas uma versão noutra escala da invasão da Chechénia – e se hoje tomamos apaixonadamente as dores de Kiev, ou de Kharkiv, ou de Mariupol, cidades que ficam aqui ao nosso lado, cidades parecidas com as nossas, só podemos lamentar não ter sentido o mesmo por terras e gentes dos confins do Cáucaso, não ter tido a mesma empatia pela mais sombria e cinzenta Grozny.

Mas o agressor é o mesmo e chama-se Vladimir Putin.

Anna Politkovskaya não foi a primeira nem seria a última jornalista a ser morta na Rússia de Putin, pois desde que este chegou ao Kremlin já terão sido assassinados 33 jornalistas, um total que

certamente peca por defeito porque também tem havido casos de profissionais que «caem» de janelas em circunstâncias que as autoridades depois descartam como sendo casos de suicídio. Aliás, a jornalista da *Novaya Gazeta* — que ainda hoje continua a ser um dos raros jornais independentes da Rússia — já dera anteriormente conta de uma tentativa de envenenamento — quando se dirigia para Beslan, para uma escola onde terroristas tinham feito mil reféns —, um atentado a que conseguira escapar.

Contudo, apesar de ser bem conhecida no momento em que morreu, de já ter na altura livros seus traduzidos e publicados fora da Rússia, Politkovskaya morreu sem que qualquer organismo da União Europeia tenha emitido o mínimo protesto formal e a sua morte não impediu que Jacques Chirac, então presidente da França, condecorasse pouco tempo depois o presidente russo com a Grande Cruz da Legião de Honra.

Não vimos, não quisemos ver, ou não nos interessou ver — e uso aqui o indicativo do plural não porque fosse essa a minha posição, pois escrevi várias vezes sobre Politkovskaya e sobre Putin, mas porque foi essa a atitude dominante das instituições um pouco por toda a União Europeia, e não só. E não quisemos ver desde bastante cedo, pois desde bastante cedo que a jornalista tinha começado a viajar para a Chechénia e a relatar o que lá se passava.

Reler hoje o que Politkovskaya escreveu sobre essas duas guerras no Cáucaso — a primeira ainda no tempo de Yeltsin, a segunda, que ela conheceu muito melhor, já com a marca de Putin — faz-nos sentir um frio na espinha. É que ela relata uma guerra cruel, uma guerra que viveu de perto ao ter ido lá em reportagem mais de 40 vezes, ao ter percorrido vilas e cidades destruídas, ao ter falado tanto com os rebeldes chechenos como com as tropas russas. Uma guerra onde ela percebeu que os soldados que

estavam a ser enviados para a frente de combate eram tratados como carne para canhão, lutando com equipamentos antiquados, mal comandados e podendo morrer sem que ninguém se incomodasse com o seu destino ou até em recuperar os seus corpos. Uma guerra onde ela também viu — e descreveu — métodos de repressão que em nada ficavam a dever aos do tempo de Estaline. Falou-nos dos bombardeamentos indiscriminados, dos campos de tortura, das execuções em massa, dos raptos e, claro, de saques e de corrupção.

É verdade: nessa missão de contar a verdade, de reportar o que via, Anna Politkovskaya esteve quase sempre sozinha porque os outros jornais russos seguiam a linha do Kremlin e à Chechénia não conseguiam chegar jornalistas ocidentais. Por isso, muito depressa começou a ter problemas e a ser ameaçada.

No entanto, esta mulher relativamente franzina não parecia destinada a uma vida heroica, pelo contrário, tinha tudo para ter tido uma vida tranquila. Os seus pais — pai ucraniano e mãe russa — eram diplomatas, e ela mesma nasceu em Nova Iorque num tempo em que eles estavam lá colocados, mas ter vivido nesse meio privilegiado não levou a que se acomodasse, antes lhe permitiu o acesso a livros e a ideias que então eram proibidos na União Soviética.

Mesmo como jornalista também podia ter tido uma vida despreocupada, pois a sua carreira iniciou-se, em 1982, num dos jornais do regime, o *Izvestia*, e depois na revista da Aeroflot, só que logo em 1994 mudou-se para o *Obshchaya Gazeta*, um jornal dirigido por um dos promotores da *Glasnost*, o jornalista Yegor Yakovlev, e pouco depois estava no independente e incómodo *Novaya Gazeta*. Depressa percebeu que como jornalista tinha um papel a desempenhar, que como jornalista não podia ficar indiferente ao que via e reportava — e que como cidadão não aceitava

uma Rússia de novo tomada por autocratas, uma Rússia de novo a viver, como ela escrevia, um «inverno político», pois uma Rússia assim ela não queria que fosse o futuro dos seus filhos, Vera e Ilya.

Uma Rússia que ela via corrompida pela guerra da Chechénia, uma guerra a que também associava, a meu ver certamente, a carreira de Vladimir Putin. É de facto importante recordar que a Segunda Guerra da Chechénia foi justificada pelo Kremlin com a ocorrência de uma sucessão de atentados terroristas que fizeram dezenas de vítimas, atentados que é impossível dissociar da ação dos serviços secretos russos, atentados que tudo indica foram «de falsa bandeira» para justificar o regresso da Rússia a Grozny depois de uma primeira guerra que tinha corrido muito mal a Moscovo. Com efeito, chegou a haver agentes desses serviços secretos presos depois de terem sido apanhados perto de um desses atentados.

A segunda campanha da Chechénia deu a um então ainda desconhecido Vladimir Putin a notoriedade e a popularidade de que ele necessitava para ganhar as eleições presidenciais, o que de facto veio a suceder. Politkovskaya não tem dúvidas: a Segunda Guerra da Chechénia começou para Putin se tornar presidente pela primeira vez.

Recordamos tudo isto, relemos o que Politkovskaya nos conta sobre o comportamento do Exército russo, sobre os crimes que cometia e ficavam sempre sem castigo, relemos os seus retratos da inumanidade com que o Exército russo tratava os seus próprios soldados e não recuamos apenas aos tempos da Rússia estalinista, também nos imaginamos em Bucha ou em Mariupol, nos arredores de Kharkiv ou no cerco de Severodonetsk.

Para a jornalista, a vingança soviética tornou-se evidente com a chegada e tomada do poder por Putin, algo que fomos incapazes

de perceber porque, quando ela já denunciava o que se estava a passar, os nossos líderes saudavam a sua ascensão ao poder — o primeiro foi Silvio Berlusconi, logo a seguir Tony Blair, Gerhard Schröder, Jacques Chirac e também George W. Bush. Onde ela via um tchekista (a Tcheka era a polícia política soviética, a antecessora do KGB de que Putin fora oficial) a governar o país como um tchekista, o Ocidente quis ver um aliado na luta contra o terrorismo.

Talvez por isso mesmo os textos deste livro, sendo poderosos, transportem ao mesmo tempo uma enorme carga de dor e desespero. Às vezes fica-se com a sensação de que Anna Politkovskaya sentia que tinha de gritar mais alto, de porventura chegar a ser excessiva, para que alguém virasse a cabeça e a escutasse e se preocupasse com o que ela dizia. Como sabemos, mesmo assim poucos a escutaram e ainda menos se ocuparam do que ela repetiu até à exaustão.

Creio que Politkovskaya tinha consciência disso mesmo e tinha noção de que mesmo o sucesso internacional dos seus livros não era suficiente para que alguma coisa mudasse na Rússia. É certo que o seu jornalismo e as suas palavras incomodavam, mas como o tempo tragicamente confirmou, quem corria real perigo de vida era ela própria, não o regime cuja corrupção denunciava incansavelmente.

As ameaças de morte foram uma constante nos últimos anos da sua vida e o susto que apanhou quando a tentaram envenenar (em 2004) esteve longe de ser o único. Na Chechénia chegou a ser capturada e mantida em cativeiro pelas tropas especiais russas e ouviu-as prometer que lançariam o seu corpo para uma vala. Mais tarde receberia, em 2001, uma ameaça tão pormenorizada e concreta que os responsáveis do *Novaya Gazeta* fizeram-na sair do país, tendo então vivido na Áustria por uns tempos.

Mais uma vez podia então ter escolhido a via mais segura e tranquila, pois até possuía passaporte americano, o que lhe permitia sair da Rússia e viver longe. Os amigos pediam-lhe que desistisse, a família que fosse para os Estados Unidos, mas ela nunca quis, «corajosa para lá de qualquer compreensão», como escreveu a *The Economist*, preferiu sempre regressar a Moscovo, preferiu sempre correr o risco de continuar a contar a verdade.

E tudo porquê? Talvez por perceber o mal que Putin estava a fazer ao seu país, talvez por ter uma resposta poderosa à pergunta que faz já nas páginas finais deste livro: «Porque é que eu detesto tanto Putin?» É uma pergunta que não fica sem resposta, pois Politkovskaya explica que o detestava por ser o «Estaline» da Rússia dos oligarcas e da nomenclatura da polícia secreta: «Não gosto dele porque ele não gosta das pessoas. Despreza-nos. Vê-nos como meios para atingir os seus fins, como meios para alcançar e manter o seu poder pessoal, nada mais. (...) Não somos ninguém, enquanto ele (...) é hoje czar e Deus. Na Rússia, tivemos outrora dirigentes assim, que nos conduziram a tragédias, a sangrias em grande escala, a guerras civis. Não quero mais isso. É por essa razão que detesto tanto este típico tchekista soviético quando se pavoneia pela passadeira vermelha no Kremlin a caminho do trono da Rússia.»

Anna Politkovskaya não tem medo das palavras nem prefere as meias-tintas. Direta, dura, indomável, porventura obcecada, escreveu até ao fim porque considerava que alguém tinha de fazer o que ela fazia, porque achava que o silêncio é que era intolerável, porque alguém tinha de relatar o pesadelo em que se tinha transformado a Rússia de Putin.

Dezasseis anos passados, quando estamos a assistir ao que essa mesma Rússia de Putin é capaz de fazer na Ucrânia, só apetece perguntar: porque foi que não lemos mais cedo Anna Politkovskaya?

Porque é que não lemos antes as histórias de pessoas comuns como as que ela nos conta neste livro, as histórias de Nina Levurda, a professora reformada, de Rinat, o major que só sabia matar, de Alexey Dikiy, comandante de um submarino nuclear, de Pashka Fedulev, um pequeno bandido que se tornou magnata, histórias que, no fundo, nos permitem perceber melhor a natureza da Rússia de Putin?

Ou se lemos, porque foi que não atendemos ao seu grito de alerta? É que hoje demasiados estão a pagar demasiado caro a desatenção e a benevolência para com o tchekista que nunca deixou de ser tchekista.

José Manuel Fernandes

INTRODUÇÃO

Este livro é sobre Vladimir Putin, mas não da forma como ele é normalmente visto no Ocidente. Não o vamos ver através de lentes cor-de-rosa.

Porque será tão difícil manter uma visão cor-de-rosa quando se é confrontado com a realidade russa? Porque Putin, produto dos mais obscuros serviços secretos do país, não conseguiu ultrapassar as suas origens e deixar de se comportar como um tenente-coronel do KGB soviético. Putin continua a estigmatizar com afã os seus compatriotas amantes da liberdade, persistindo em esmagar a liberdade, como sempre fez ao longo da carreira.

Este livro é também sobre o facto de nem toda a gente na Rússia estar disposta a pactuar com o comportamento de Putin. Não queremos ser escravos, mesmo que isso seja o que mais jeito dá ao Ocidente. Exigimos o nosso direito de ser livres.

Este livro não é uma análise da política de Putin. Não sou uma analista política; sou apenas um ser humano entre muitos, um rosto na multidão de Moscovo, da Chechénia, de São Petersburgo, de qualquer outro sítio. Deixo aqui as minhas reações emocionais, anotadas nas margens da vida que se vive hoje em dia na Rússia. É cedo demais para ganhar a distância que se deve ter quando queremos analisar algo desapaixonadamente. Vivo apenas o presente, apontando aquilo que vejo.

O EXÉRCITO DO MEU PAÍS
E AS SUAS MÃES

As Forças Armadas na Rússia são um sistema fechado em nada diferente de uma prisão. Nenhuma pessoa entra no Exército ou numa prisão, a menos que as autoridades a queiram lá. E, uma vez lá dentro, vive-se a vida de um escravo.

Por todo o lado, os exércitos tentam sempre manter em recato o que andam a fazer e talvez seja por isso que falamos dos generais como se fossem membros de uma tribo internacional, cujo perfil de personalidade é constante em todo o planeta, independentemente do presidente ou do Estado que sirvam.

Há, no entanto, algumas características específicas das Forças Armadas na Rússia, mais precisamente das relações entre o Exército e a população civil. As autoridades civis não têm qualquer controlo sobre o que as Forças Armadas fazem. Um soldado pertence à casta mais baixa da hierarquia. Não é ninguém; não vale nada. Por detrás das paredes de betão dos quartéis, um oficial pode fazer tudo o que entender a um soldado. De igual modo, um oficial de alta patente pode fazer tudo o que quiser a um colega de patente inferior.

Provavelmente, o leitor estará a pensar que as coisas não serão assim tão más.

Bom, de facto, nem sempre são tão más. Por vezes, são melhores, mas isso só porque um indivíduo particularmente humano chamou os seus subordinados à ordem. Essa é a única ocasião em que brilha um raio de esperança.

«Então e quanto aos dirigentes da nação?», poder-se-á perguntar. «O presidente é formalmente o comandante supremo das Forças Armadas e, portanto, pessoalmente responsável pelo que se passa, não é?»

Infelizmente, quando entram para o Kremlin, os nossos dirigentes não fazem qualquer tentativa para reinar no mundo sem lei do Exército, mostrando-se, pelo contrário, mais propensos a dar ainda mais poder aos oficiais superiores. Em função das indulgências que um dirigente dá às Forças Armadas, estas apoiam ou minam os passos dele. As únicas tentativas para humanizar a vida nas Forças Armadas foram feitas no tempo de Yeltsin, no âmbito do programa geral de promoção das liberdades democráticas. Não duraram muito. Na Rússia, agarrar-se ao poder é mais importante do que salvar vidas de soldados e, perante uma onda de indignação dos estados-maiores, Yeltsin ergueu uma bandeira branca e rendeu-se aos generais.

Putin nem sequer tentou. Ele próprio é oficial. Ponto final. Quando pela primeira vez apareceu no ecrã do radar político russo como possível chefe de Estado, em vez de diretor do universalmente detestado Serviço Federal de Segurança, FSB, Putin começou a fazer declarações no sentido de que o Exército, desvalorizado sob o poder de Yeltsin, deveria agora renascer e de que para essa ressurreição só seria necessária uma segunda guerra na Chechénia. É à luz dessa premissa que se deve olhar para tudo o que aconteceu no Norte do Cáucaso desde então. Quando a Segunda Guerra da Chechénia começou, o Exército ganhou rédea solta e, nas eleições presidenciais de 2000, votou como um só em Putin. O Exército viu a guerra em curso como muito proveitosa: uma fonte de promoção acelerada, de mais e mais medalhas, uma forja quente para malhar carreiras. Generais no ativo lançam ali-cerces para carreiras na política e são catapultados para a elite

política. O renascimento das Forças Armadas com Putin é a vingança das humilhações sofridas no tempo de Yeltsin e da derrota na Primeira Guerra da Chechénia.

Como é que Putin ajudou o Exército é o que veremos nas histórias que se seguem. O leitor decidirá por si se gostaria de viver num país onde os seus impostos sustentassem uma instituição deste tipo. Como é que se sentiria quando os seus filhos fizessem 18 anos e fossem recrutados como «recursos humanos»? Quão satisfeito ficaria com um exército do qual os soldados desertam todas as semanas, às catadupas, por vezes esquadrões e companhias inteiras de uma só vez? O que pensaria de umas Forças Armadas, nas quais, num só ano, o de 2002, um batalhão, ou seja, mais de 500 homens, tivesse morrido não em combate, mas na sequência de espancamentos? De um exército cujos oficiais roubam tudo, desde notas de dez rublos enviadas aos soldados pelos pais até colunas inteiras de tanques? De uma tropa cujos oficiais se unem no ódio contra os pais dos soldados só porque de vez em quando, quando as circunstâncias são demasiado infames, algumas mães em fúria protestam contra o assassinio dos seus filhos e exigem justiça?

N.º U-729343. Esquecido no Campo de Batalha

Estamos a 18 de novembro de 2002. Nina Levurda, professora reformada depois de 25 anos de ensino, é uma mulher pesada e vagarosa, velha e cansada, que sofre de uma série de maleitas. Espera há horas, como lhe aconteceu muitas outras vezes no último ano, na hostil sala de espera do Tribunal Intermunicipal de Krasnaya Presnya, em Moscovo.

Nina não tem mais lado nenhum para onde se virar. É uma mãe sem filho, ou, pior, sem a verdade acerca do seu filho. O tenente

Pavel Levurda nasceu em 1975. Para o Exército, é o n.º U-729343. Foi morto no início da Segunda Guerra da Chechénia, a guerra que, segundo Putin, viu o Exército renascer. Como se deu esse renascimento é o que vamos ver, com o relato dos últimos meses do n.º U-729343. Não foi o facto de ele ter morrido, mas as circunstâncias da sua morte e os acontecimentos que se lhe seguiram que levaram Nina a correr as instituições legais nos últimos 11 meses. Tem perseguido apenas um objetivo, ou seja, conseguir do Estado uma resposta legal precisa para a pergunta: porque é que o seu filho foi deixado para trás no campo de batalha? E, já agora, perguntar porque é que, desde a morte do filho, Nina tem sido tratada pelo Ministério da Defesa de forma tão abominável.

Em criança, Pavel Levurda sonhava com uma carreira militar. Uma coisa pouco comum nos nossos dias. De facto, os filhos das famílias pobres tentam entrar para as academias militares, mas apenas pretendem obter formação para depois regressarem à vida civil. Os intermináveis relatórios autocongratulatórios do gabinete do presidente acerca da crescente competição para se ser admitido nos institutos militares são completamente verdadeiros. Mas esse facto tem menos que ver com qualquer aumento do prestígio das Forças Armadas do que com a pobreza abjeta dos que procuram educação. A mesma situação explica a catastrófica escassez de oficiais subalternos nas unidades militares. Quando os jovens oficiais terminam os seus cursos nas academias, simplesmente não comparecem nas guarnições para onde são enviados. Ficam de súbito «gravemente doentes» e enviam atestados de todo o tipo de deficiências físicas até aí unsuspeitadas, algo nada difícil de conseguir num país tão corrupto como a Rússia.

Pavel era diferente. Queria mesmo ser oficial. Os pais tentaram dissuadi-lo por saberem como era difícil a vida da tropa.

Petr Levurda, o pai, era ele próprio oficial, e a família passara a vida em bolandas, enviada para guarnições remotas.

Além disso, no início da década de 1990, tudo se desmoronava com a queda do Império Soviético. Um finalista do liceu tinha de ser doido, todos concordavam, para decidir entrar para uma academia militar que nem sequer tinha verbas para alimentar os alunos.

Pavel insistiu em cumprir o seu sonho e foi estudar para o Colégio Extremo-Oriental de Oficiais das Forças Armadas. Em 1996, recebeu a patente de oficial e foi enviado para um quartel perto de São Petersburgo. Depois, em 1998, foi atirado para a fogueira: o 58.º Exército.

O 58.º Exército tinha uma má reputação na Rússia, sendo sinónimo da degeneração das Forças Armadas. Claro que essa fama já era anterior a Putin; contudo, ele detém uma enorme responsabilidade na situação, antes de mais porque a anarquia total reinante entre os oficiais continua por investigar e, em segundo lugar, porque efetivamente põe os oficiais acima da lei. Para todos os efeitos, eles não são julgados, sejam quais forem os crimes que cometeram.

O 58.º Exército era, ainda por cima, o exército do general Vladimir Shamanov. Herói da Rússia, combatente nas duas guerras da Chechénia, Shamanov tornou-se famoso pela sua brutalidade excecional em face da população civil. O general está hoje aposentado: reformou-se e tornou-se governador da província de Ulyanovsk, tirando proveito do seu papel na Segunda Guerra da Chechénia, quando não saía dos ecrãs de televisão. Todos os dias tratava de informar que «todos os Chechenos são bandidos» e que, portanto, mereciam ser completamente eliminados. Neste aspeto, tinha todo o apoio de Putin.

O quartel-general do 58.º Exército fica em Vladikavkaz, a capital da República da Ossétia do Norte-Alânia, que faz fronteira

com a Chechénia e a Inguchétia. As suas tropas combateram na Primeira Guerra da Chechénia e ainda hoje, 2004, lá estão a combater. O corpo de oficiais do 58.º Exército, seguindo o exemplo do seu general, era também conhecido pela sua brutalidade excepcional, tanto para com o povo da Chechénia como para com os seus soldados e oficiais subalternos. Rostov-sobre-o-Don é a sede do Quartel-General do Distrito Militar do Cáucaso-Norte, ao qual o 58.º Exército está subordinado. A maior parte do arquivo do Comité de Mães de Soldados de Rostov é composta por ficheiros relatando a deserção de soldados em resultado de espancamentos por oficiais do 58.º Exército, que é também famoso pelo roubo descarado de mantimentos dos seus armazéns e pela traição generalizada. Vendem as armas roubadas dos seus próprios paióis aos comandantes da resistência chechena. Isto é, ajudam o inimigo.

Eu própria conheço pessoalmente muitos oficiais subalternos que se sujeitaram a tudo para evitarem ser colocados no 58.º Exército. Levurda, no entanto, decidiu outra coisa. Não rompeu as fileiras, escrevia cartas penosas de ler, vinha a casa de licença, e os seus pais viam o filho tornar-se cada vez mais taciturno. Mas de todas as vezes que o aconselhavam a desistir, ele dizia-lhes: «O que deve ser feito tem de ser feito.» Pavel Levurda era claramente alguém que as autoridades teriam razão em descrever como um jovem russo com um sentido especial do dever para com a sua mãe-pátria e um profundo patriotismo. De facto, ele ansiava por um genuíno, e não putinesco, renascimento do Exército russo.

Em 2000, Pavel Levurda teve mais uma oportunidade para se negar a ir para a guerra no Norte do Cáucaso. Poucos o teriam condenado; muitos jovens oficiais encontraram alguma forma de obter dispensa imediata. Mas, como explicou aos pais, Pavel achava que não podia abandonar os seus soldados.

A 13 de janeiro de 2000, partiu para a guerra, integrando o 15.º Regimento de Guardas de Infantaria Motorizada da 2.ª Divisão (Taman) de Guardas (Unidade do Exército 73881), na província de Moscovo. A 14 de janeiro, Nina ouviu pela última vez ao telefone a voz do filho. Tinha assinado um contrato especial para ir para a Chechénia e...

Era suficientemente claro o que esse «e» ameaçador pressagiava.

— Chorei. Fiz o possível por fazê-lo mudar de ideias — recorda Nina. — Mas o Pavel dizia que não havia hipótese de recuo. Pedi a uma prima minha que mora em Moscovo que fosse direita à Divisão Taman e tentasse tirar-lhe essa ideia da cabeça. Quando ela chegou à unidade, viu que não o apanhara por horas. Já tinha voado para Mozdok.

Esta pequena cidade na Ossétia do Norte fica na fronteira com a Chechénia. Quando a guerra começou, era a base principal do Comando Unificado de Forças e Tropas, mobilizadas para a «operação antiterrorista» de Putin.

E assim, a 18 de janeiro de 2000, o n.º U-729343 deu consigo na Chechénia.

«Presentemente, estou nos arredores, a sudoeste de Grozny...», escreveu Pavel na primeira e única carta que mandou aos pais enquanto estava na guerra. Data de 24 de janeiro de 2000.

A cidade está bloqueada em todas as direções e há combates sérios. O tiroteio não pára um minuto. A cidade está a arder, o céu está completamente preto. De vez em quando, um morteiro cai por perto, ou um caça lança um míssil mesmo por cima das nossas orelhas. A artilharia nunca pára. As baixas no batalhão têm sido tremendas. Todos os oficiais da minha

companhia estão fora de combate. O oficial que comandava esta unidade antes de mim foi atirado pelos ares por uma das nossas minas. Quando fui à procura do meu comandante de companhia, ele segurava na espingarda de qualquer maneira e disparou uma rajada em círculo para o chão mesmo à minha frente, a poucos centímetros. Por pura sorte não fui atingido. Toda a gente se riu. Disseram: «Pasha, já tivemos cinco comandantes de unidade antes de ti e tu quase nem duraste cinco minutos!» Os homens aqui são bons, mas muito pouco determinados. Os oficiais estão a contrato e os soldados, salvo raras exceções, embora muito novos, mantêm-se firmes. Dormimos todos na mesma tenda, no chão. Há um mar de piolhos. Dão-nos uma porcaria de comida, o que não é novidade. Não sabemos o que temos pela frente. Ou atacamos sabe-se lá onde, ou nos deixamos estar aqui sentados até ficarmos estúpidos, ou nos tiram daqui e nos despacham de volta para Moscovo. Ou Deus sabe o quê. Não estou doente, mas sinto-me muito em baixo. É tudo por agora.

Amor, beijos, Pasha.

Pode não parecer uma carta muito indicada para sossegar os pais de um soldado. Na guerra, perde-se a capacidade de tranquilizar quem quer que seja e esquece-se de omitir o que poderá chocar alguém que está longe, quando se sofrem choques cem vezes maiores a toda a hora.

Mais tarde, tornou-se evidente que a carta de Pavel pretendia de facto sossegar os pais. Na verdade, quando a escreveu, não

estava deitado numa tenda a imaginar o que teria pela frente. Pelo menos até 21 de janeiro, esteve ativamente envolvido nos «combates sérios», tendo primeiro assumido o comando de uma unidade de morteiros e, pouco tempo depois, de toda uma companhia. Os outros oficiais estavam mesmo «fora de combate» e não havia mais ninguém para assumir o comando.

Também não estava «nos arredores» de Grozny.

A 19 de fevereiro, auxiliando os grupos de informações do batalhão a quebrar um cerco e «cobrindo a retirada dos seus camaradas» (segundo a menção que o nomeava para receber a Ordem de Bravura) da aldeia de Ushkaloy, no distrito de Itum-Kalin, o tenente Levurda foi gravemente ferido e morreu de «hemorragias maciças na sequência de múltiplos ferimentos de bala».

Portanto, morreu em Ushkaloy. No inverno de 2000, os combates estavam ao rubro nessa zona — uma guerra de guerrilha desesperada nas florestas das terras altas, em estreitos carreiros. Mas onde estava o corpo de Pavel?

A família não recebeu nenhum caixão com os restos mortais do filho de Nina Levurda. O seu corpo, como a mãe acabou por descobrir, foi perdido pelo mesmo Estado que ele de forma tão desesperadamente leal tentou servir.

Arvorada em procuradora militar e oficial de investigações, Nina descobriu que nesse dia de 19 de fevereiro, a data oficial da morte do filho, os «camaradas» cuja retirada ele estava a cobrir conseguiram de facto romper o cerco e fugir. Simplesmente, abandonaram Pavel, juntamente com seis outros soldados que os tinham salvo, passando através do cerco, sob fogo cerrado. Muitos dos que tinham sido deixados para trás estavam feridos, mas ainda com vida; gritaram por socorro, suplicaram que não os abandonassem, como os habitantes da remota aldeia mais tarde testemunharam. Os aldeões trataram de alguns feridos, pondo-lhes ligaduras,

mas pouco mais podiam fazer. Não há hospital em Ushkaloy; não há um médico, nem sequer uma enfermeira.

Pavel Levurda foi deixado para trás no campo de batalha e depois esquecido. Esqueceram-se de que o seu corpo ficara ali; esqueceram-se de que tinha uma família que ficaria à espera do seu regresso. Para se salvarem, os sobreviventes simplesmente deixaram de pensar naqueles que tinham morrido.

O que aconteceu a Pavel Levurda depois da sua morte é típico do nosso Exército, e este vergonhoso episódio é paradigmático da sua maneira de ver as coisas. Para o Exército, um ser humano não vale nada. Ninguém acompanha o percurso dos militares; ninguém se sente responsável por prestar contas às famílias.

Só se lembraram de Pavel Levurda a 24 de fevereiro, quando, de acordo com informações fornecidas pelo estado-maior na Chechénia, Ushkaloy foi completamente limpa de guerrilheiros chechenos e «ficou sob controlo» das forças federais. (Esta explicação foi de facto cozinhada mais tarde para provar que «não existira nenhuma possibilidade objetiva» de recuperar o corpo de Pavel.)

Na realidade, a 24 de fevereiro, o Exército recolheu em Ushkaloy os restos mortais de apenas seis dos sete soldados que tinham ajudado a romper o cerco. Não conseguiram encontrar o corpo de Pavel Levurda, pelo que o esqueceram de novo.

Em casa, a mãe de Pavel estava histérica. A única comunicação que tivera fora aquela carta oficial de 7 de fevereiro. A «linha verde» do Ministério da Defesa também não era grande ajuda, pois falar com os oficiais de serviço era como falar para um computador acerca do desgosto que implacavelmente a ia oprimindo. «O tenente Pavel Petrovich Levurda não figura na lista dos mortos e desaparecidos.» Era esta a resposta invariável.

Nina ligou para a linha verde «com informações completas» durante vários meses. Por incrível que pareça, mesmo depois de

ter localizado os restos do filho à sua custa, mesmo depois de ter sido oficialmente notificada da sua morte, os oficiais do comando não se incomodaram em atualizar a informação na sua base de dados.

Mas voltando à nossa história... A 20 de maio, três meses depois da batalha em Ushkaloy, a polícia local descobriu «uma sepultura contendo o corpo de um homem mostrando sinais de morte violenta». No entanto, foi só a 6 de julho, passado mais de mês e meio de telefonemas diários de Nina para a linha verde e para o comissariado local do Exército, que a polícia preencheu os papéis respeitantes à «Orientação/Tarefa n.º 464», em resposta a um inquérito sobre uma pessoa desaparecida.

A 19 de julho, o impresso chegou por fim ao Departamento de Instrução Criminal em Bryansk, onde a família de Pavel vivia. Nina, percorrendo todos os gabinetes possíveis, tinha conseguido apresentar uma participação de desaparecimento na esquadra da polícia local. Foi assim que, a 2 de agosto, o agente-detetive Abramochkin, um vulgar polícia, visitou os pais de Pavel.

A única pessoa que encontrou em casa foi uma outra Nina, a sobrinha de Pavel, de 14 anos. O agente-detetive Abramochkin fez-lhe algumas perguntas acerca de Pavel, tomou nota dos bens que transportava à data do desaparecimento e ficou agradavelmente surpreendido por perceber que estava a falar com a família de um militar. Tendo sido encarregado desta investigação de rotina, foi o agente-detetive Abramochkin, e não um oficial do Ministério da Defesa, que informou a mãe de um herói de que o seu filho tinha sido oficialmente dado como desaparecido sem rasto e que a partir de 20 de fevereiro o seu direito a mantimentos e prés fora cancelado. A polícia de Itum-Kalin mandou Abramochkin visitar os pais a Bryansk para obter «o endereço postal do destacamento permanente da Unidade do Exército 73881 no qual

Levurda, P. P., estivera colocado», para que pudessem contactar os oficiais em exercício, de forma a estabelecer as circunstâncias relacionadas com a morte de uma pessoa que, segundo a descrição da mãe do falecido, parecia assemelhar-se a um dos seus oficiais!

A citação é da correspondência oficial e revela-nos muito acerca da realidade do Exército e da natureza da guerra que Putin trava no Cáucaso. Neste exército, a mão esquerda ignora por completo o que faz a direita, pelo que é mais fácil mandar uma carta a um casal a quilómetros de distância do que pegar no telefone e falar para o quartel-general de Hankala (a base militar perto de Grozny).

O agente-detetive Abramochkin, vendo o estado em que se encontrava a família, aconselhou seriamente Nina Levurda a ir o mais depressa possível a Rostov-sobre-o-Don. Sabia que os restos mortais de um soldado desconhecido de Ushkaloy tinham sido depositados na principal morgue militar local, para serem identificados pelo coronel Vladimir Shcherbakov, diretor do 124.º Laboratório Militar de Medicina Legal, um homem muito conhecido e respeitado na Rússia. Sublinhe-se que Shcherbakov realiza este trabalho não por imposição de oficiais, generais ou quartéis-generais, mas porque o seu coração lhe diz que é a coisa certa a fazer.

Abramochkin também avisou Nina Levurda de que não deveria ter muitas esperanças, porque, como nós dizemos, «tudo pode acontecer na Rússia», onde confusões com restos mortais são demasiado comuns. Entretanto, o Comité de Mães de Soldados de Bryansk auxiliava a odisseia dos Levurda e foi só graças aos seus bons serviços e aos esforços do agente-detetive Abramochkin que o distinto 15.º Regimento de Guardas e a ainda mais elitista Divisão Taman finalmente compreenderam que o sétimo corpo, deixado para trás pelos seus «camaradas», poderia muito bem ser o de Pavel Levurda.

— Chegámos a Rostov a 20 de agosto — conta-me Nina. — Fui direita ao laboratório. Não há segurança à entrada. Entrei e dirigi-me à primeira sala de exames que encontrei. Vi que o inspetor tinha uma cabeça separada do corpo numa base sobre uma mesa de observações. Mais precisamente, um crânio. Soube imediatamente que era a cabeça de Pavel, embora houvesse outros crânios ao lado.

Haverá alguma maneira de avaliar ou compensar a angústia causada a esta mãe?

Claro que não. Mas quem é que pode condenar investigadores de medicina legal por terem caveiras sobre as suas mesas?

E ainda assim... Em que cambada de brutos, irracionais, estúpidos e, portanto, imorais nos estamos a transformar?

Nina teve de tomar sedativos, depois do encontro com o crânio do filho, que ela realmente identificara de forma positiva. Nesse preciso momento, um representante da unidade de Pavel entrou a correr para se encontrar com ela. O agente-detetive Abramochkin, tendo recolhido a morada da unidade junto dos pais de Pavel, enviara um telegrama, e o oficial no comando mandara um representante a Rostov para se encarregar das formalidades.

O mensageiro entregou a Nina uma nota. Ela olhou para o papel e desmaiou. Na informação, o tenente-coronel da guarda A. Dragunov, comandante em funções da Unidade do Exército 73881, e o tenente-coronel da guarda A. Pochatenko, chefe do pessoal da mesma unidade, solicitavam que os «cidadãos Levurda» fossem informados de que «o seu filho, durante uma missão militar, fiel ao seu juramento, manifestando decisão e coragem, tinha morrido em combate». A unidade tentava, assim, apagar as pegadas do seu lamentável «esquecimento».

Quando Nina recuperou, leu a nota com mais atenção. Não tinha indicação da data da morte do seu filho.

— Bom, e quanto à data? — perguntou ao enviado da unidade.

— Preencha-a a senhora, como entender — respondeu o soldado.

— O que é que quer dizer com isso? — gritou Nina. — O dia em que o Pasha nasceu é o dia do seu nascimento. É evidente que tenho o direito de saber a data da sua morte!

O representante encolheu os ombros, como quem diz «eu cá não sei de nada», e deu-lhe ainda um extrato de uma ordem às forças operacionais para «removerem o tenente Levurda da lista de membros do Regimento». Este papel também não tinha datas nem indicava qualquer razão para a decisão, mas possuía no final vários carimbos e assinaturas. Uma vez mais, com um olhar infantil, o representante pediu a Nina que preenchesse o que faltava e que, quando voltasse para casa, entregasse o documento no Comissariado do Exército, para que Pavel fosse apagado do registo.

Nina não disse nada. De que serve falar com uma pessoa sem coração, sem cérebro, sem alma?

— Percebe que assim é mais fácil, não percebe? Mais fácil do que ter eu de ir a Bryansk? — perguntava, inseguro, o soldado.

Claro que era mais fácil. Não há dúvida de que ser ingénuo, ser estúpido, torna a vida mais fácil. Veja-se o nosso ministro da Defesa, Sergey Ivanov, um apaniguado do presidente desde o tempo em que Putin trabalhava para o FSB em São Petersburgo. Todas as semanas, Ivanov vai à televisão ler os boletins de guerra do presidente. Com as inflexões das comunicações de Goebbels durante a Segunda Guerra Mundial, diz-nos que ninguém nos fará «ajoelhar diante de terroristas», que pretende levar a guerra na Chechénia a uma presumível «conclusão vitoriosa». Nunca ouvimos uma palavra do ministro Ivanov sobre a sina dos soldados e oficiais que permitem que ele e o presidente não pareçam

estar ajoelhados aos pés de terroristas. Esta linha política é completamente neossoviética: os seres humanos não têm existências independentes; são rodas da engrenagem cuja função é pôr em prática sem questionar todas as aventuras políticas concebidas pelos que estão no poder. As rodas da engrenagem não têm direitos, nem mesmo a uma morte digna.

Dá muito mais trabalho não ser estúpido. Para mim, isso significa ser capaz de ver para lá da «Linha Geral do Partido e do Governo» e olhar em pormenor para a forma como essa linha é implementada. No caso presente, esses pormenores indicam que, a 31 de agosto de 2000, o n.º U-729343 foi por fim sepultado na cidade de Ivanovo, para onde os pais de Pavel se mudaram para fugirem às conotações sinistras de Bryansk. Os médicos legistas de Rostov entregaram a Nina o crânio de Pavel. Infelizmente, pareciam ser os únicos restos mortais que possuíam.

Muitas pessoas na Rússia ouviram falar de Nina Levurda, porque, depois de entregar à terra o que sobrava do seu filho, ao nono dia depois do funeral partiu em direção ao quartel do 15.º Regimento, na província de Moscovo. Quando saíra de Ivanovo, a sua intenção era apenas olhar nos olhos os comandantes de Pavel e poder ler neles, quando confrontados com a mãe do seu oficial subordinado, pelo menos algum remorso por todas as coisas que se tinham «esquecido» de fazer.

— Claro que não estava à espera de que me pedissem desculpa — diz Nina —, mas acreditei que poderia pelo menos ver alguma compaixão nos seus rostos.

Quando chegou à Divisão Taman, porém, ninguém se mostrou interessado em ver esta mãe. O comandante encontrava-se simplesmente indisponível. Nina ficou ali sentada três dias à espera de se encontrar com ele, sem comer, sem beber chá, sem dormir

e sem que alguém lhe prestasse a mínima atenção. Oficiais superiores entravam e saíam como baratas, fingindo não ver a mulher que esperava. Foi então que Nina Levurda jurou a si mesma processar o Estado, intentando uma ação contra o Ministério da Defesa e o ministro Ivanov pelos danos morais que lhe tinham causado. Não pela morte do filho; afinal, ele morrera no cumprimento do dever. Mas pelo que acontecera depois. Traduzindo do torneado calão legal para um discurso simples, ela queria saber quem era responsável.

O que aconteceu em seguida? Primeiro, a Ordem de Bravura atribuída a título póstumo ao filho de Nina foi entregue à família no Comissariado do Exército de Ivanovo. Depois, o Exército vingou-se. O ministro da Defesa e a Divisão Taman entraram num pé de guerra contra esta mãe que ousara exprimir a sua indignação em face do seu comportamento.

Eis como as coisas se passaram: em menos de um ano, houve oito audiências em tribunal, a primeira a 26 de dezembro de 2001 e a última a 18 de novembro de 2002, nenhuma das quais chegou a qualquer conclusão. O tribunal nem sequer considerou a substância do requerimento de Nina, porque, ao abrigo da sua impunidade, os representantes do Ministério da Defesa ignoraram completamente as audiências. E tinham razão para proceder assim. O caso «Nina Levurda contra o Estado» foi levado pela primeira vez perante o juiz Tyulenev (Tribunal Intermunicipal de Krasnaya Presnya, em Moscovo), que decidiu que uma mãe «não tem direito a informação» acerca do corpo do seu próprio filho, pelo que o Ministério da Defesa não tinha nenhuma obrigação de lhe fornecer tal informação. Nina dirigiu-se ao Tribunal da Cidade de Moscovo, que, em face do manifesto absurdo da anterior sentença, reenviou o caso para o Tribunal de Krasnaya Presnya para novo julgamento. A técnica do aparelho de Estado

contra a mãe pesarosa foi a do boicote sistemático das sessões do tribunal por parte dos representantes oficiais do ministro Ivanov e pelo Comando Territorial das Forças Armadas, do qual a Divisão Taman e o 15.º Regimento dependiam, representantes esses que, de uma forma ostensiva e sistemática, muito simplesmente não compareceram às sessões. Assim, Nina Levurda era obrigada a deslocar-se continuamente de Ivanovo para Moscovo tão-somente para encarar uma barra de tribunal vazia, jornadas feitas em vão. Uma simples mulher, dependente da pensão estatal que só lhe chega para não morrer à fome, com um marido que se entregou ao álcool, depois do enterro de Pavel, como forma de fugir ao sofrimento.

Por fim, a juíza Bolonina, do Tribunal Distrital de Krasnaya Presnya, a quem o caso tinha sido enviado pelo Tribunal da Cidade de Moscovo, perdeu a paciência. Na quinta audiência, a que faltaram os representantes dos réus, multou o Ministério da Defesa em oito mil rublos. Pagos pelo contribuinte, claro está. É pena que esta coima não tenha sido paga diretamente pelo ministro Ivanov a Nina Levurda, pois não há forma legal de isso ser feito. A legislação russa protege não os interesses dos fracos, mas os das autoridades todo-poderosas.

A 18 de novembro de 2002, depois da imposição da multa, representantes do ministério compareceram por fim em tribunal, mas eram uns estranhos representantes. Não sabiam nada do caso e negaram identificar-se, queixando-se de que a causa de todos os problemas era o caos instalado no Ministério da Defesa. Resultado: o julgamento foi de novo adiado, desta feita para 2 de dezembro.

Nina estava lavada em lágrimas, de pé, no soturno corredor do edifício do tribunal.

— Porque é que estão a fazer-me isto? — perguntava. — Até parece que não fizeram nada de mal.

Que invejável é a posição de Sergey Ivanov, chefe do nosso Ministério da Defesa, tão impiedoso com o nosso povo! Para ele, a vida é uma linha reta. Não tem de se ralar com pormenores, com mães que perderam os seus filhos nessa «guerra contra o terrorismo internacional» de que fala de forma tão lírica. Não tem de ouvir as suas vozes, de sentir a sua dor. Não sabe nada das vidas que ele já destruiu, não sabe nada acerca dos milhares de pais e mães abandonados pelo sistema depois de verem os seus filhos darem a vida por ele.

«Putin não pode fazer tudo!», protestam os admiradores do presidente russo.

Na verdade, não pode. Como presidente, a sua tarefa é pensar nos métodos, na abordagem. É ele quem lhes dá forma. Na Rússia, as pessoas imitam o homem no topo.

E acabámos de descrever a sua abordagem ao exército. Putin é completamente culpado da brutalidade e do extremismo instilado tanto no Exército quanto no Estado. A brutalidade é uma infeção grave que pode facilmente transformar-se numa pandemia. Perpetrada de início contra as pessoas que vivem na Chechénia, agora é usada contra «o nosso povo», como os adeptos do patriotismo gostam de chamar aos cidadãos russos. Incluindo os russos que lutaram patrioticamente contra os que primeiro sentiram essa brutalidade.

— Bem, ele fez a sua escolha e seguiu o seu destino — diz Nina, limpando as lágrimas do rosto. A juíza Bolonina passa, inescrutável, pomposa nas suas vestes negras. — Mas, por amor de Deus, isto são seres humanos!

Serão? Por vezes, penso se Putin será realmente humano, não apenas uma esfinge gelada, metálica. Se é humano, não mostra.

Anna Politkovskaya, conhecida por muitos como a «consciência moral perdida da Rússia», foi uma voz incómoda para o regime de Putin e um arauto dos tempos sombrios que hoje vivemos, e que ela anteviu, com audácia e mestria, nas páginas bem documentadas e dramáticas que compõem este livro.

Elza Kungaeva, Natalia Gorbanevskaya, Pavel Fedulev ou Yaroslav Fadeev são alguns dos rostos de Moscovo, de São Petersburgo ou da Chechénia que protagonizam estas histórias da vida pública e privada da Rússia moderna e levantam o véu sobre o estado de coisas no longo inverno político de Vladimir Putin: a degeneração do Exército, o desaparecimento da *intelligentsia*, a estalinização do país, o crime organizado ou a corrupção endémica nas estruturas de poder. Anna Politkovskaya deu-lhes voz, reportando a verdade sobre Putin e o clima de medo instaurado na Nova Rússia, num espírito inquebrável de luta pela liberdade e na esperança de acordar uma sociedade que só quer ser embalada até adormecer.

Obra de leitura essencial para compreender o regime de Putin, a Guerra na Ucrânia e a Rússia de hoje, *A Rússia de Putin* é o último livro publicado em vida por esta autora, uma das figuras mais célebres e premiadas do jornalismo internacional, ativista dos direitos humanos, cujo assassinato à porta de casa, em 2006, chocou o mundo.

«Anna Politkovskaya recusou-se a mentir; o seu assassinato foi um ataque perpetrado contra a literatura mundial.»



Nadine Gordimer

«Continuaremos a lê-la e a aprender com ela durante muitos anos.»

Salman Rushdie



Penguin
Random House
Grupo Editorial

 penguinlivros.pt
 penguinlivros

ISBN 9789896236458



9 789896 236458 >